

Neoliberalismo e flexibilização

consequências e alternativas para os trabalhadores e seus sindicatos

Oswaldo Miqueluzzi¹

Resumo

Este artigo estuda o neoliberalismo e a flexibilização geradas a partir do término do período fordista-keynesiano, que segundo HARVEY, iniciou-se com o fim da II Guerra Mundial e arrasta-se até 1973. Também analisa o momento atual, a partir da primeira experiência concreta neoliberalista da América Latina, no Chile, de Pinochet, quando este de maneira dura adotou um programa de: desregulação; desemprego massivo; repressão sindical; redistribuição de rendas em favor dos ricos e abastados e a privatização dos bens públicos.

Também utiliza-se da fundamentação teórica para confirmar suas colocações, tanto quando se refere ao neoliberalismo como quando descreve os efeitos da flexibilização econômica à classe trabalhista. Uma dessas consequências é o precário vínculo empregatício, principalmen-

Abstract

This article studies the neoliberalism and the flexibilization derived from the end of the fordist-keynesian period, that, according to HARVEY, has started after the Second World War and has crawled up to 1973. It also analyses the current moment, starting from America Latin's first concrete neoliberalist experience in Chile, by Pinochet, when he adopted a hard program of deregulation; massive unemployment; repression of trade unions; redistribution of income in favor of the rich and wealthy and the privatisation of the public goods.

It also confirms on the theoretic basis its statements, when it is referring to the neoliberalism or is describing the effects of the economic flexibilization on the working class. One of those consequences is the precarious employment bond, mainly when in

¹ Licenciado em História, com Pós-graduação, *latu-sensu*, em História Contemporânea. Advogado e assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores no Comércio, no Estado de Santa Catarina.

te, quando nesta situação investe-se na terceirização.

Ainda traz à luz as sérias consequências para os sindicatos de trabalhadores, com o declínio cada vez maior de seu poder diante da flexibilização e da crise vivida, em decorrência da reestruturação da economia, frente à globalização...

Palavras-chave: neoliberalismo; flexibilização; trabalho; trabalhadores; sindicatos.

this situation investment is made in terms of contracting third parties.

There are also brought to light the serious consequences for the trade unions, with the every larger decline of their power because of the flexibilization and of the crisis due to the restructuring of the economy, facing the globalization...

Keywords: neoliberalism; flexibilization; work; workers; trade unions.

No período que se estendeu de 1945 a 1973, denominado por HARVEY (1994:118/9), de fordista-keynesiano e caracterizado, segundo ele, por um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, as organizações sindicais eram reconhecidas como interlocutoras sociais, valorizando-se a negociação, com limites ao direito de dispensa e uma programação dos aumentos salariais indexados aos preços e à produtividade geral.

O Estado, por sua vez, além de fortalecer a negociação, estabelecia regulações, colocava-se como parceiro e avalista dos acordos, assumindo, além disso, uma variedade de obrigações para o crescimento da produção e do consumo de massa, com investimento público em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc., que garantiam um emprego relativamente pleno. Desta forma os governos buscavam fornecer um forte complemento ao salário social, com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. (OFFE, 19...?:213). Seus críticos, porém, argumentavam que existia um:

poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995:10).

Neoliberalismo e flexibilização

Na visão dos formuladores da crítica, o remédio era manter um Estado forte *em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas*, com a estabilidade monetária sendo a meta suprema de qualquer governo. Com este objetivo, propunha-se, além de reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos, *a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos* (opus citat:10/1).

Segundo (ANDERSON, 1995:19), a América Latina foi, genealogicamente, *testemunha da primeira experiência neoliberal do mundo*, com o Chile de Pinochet, que adotou seus programas *de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos*.

Dez anos após, na Inglaterra, os governos Thatcher criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais; nos Estados Unidos, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão (opus citat:12).

O Estado neoliberal, com efeito, passa não só a eliminar as regulações, como também a abandonar as obrigações que anteriormente o Estado assumia para o crescimento da produção e do consumo de massa, com investimento público em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc., que também garantiam um emprego relativamente pleno. Seus governos, por sua vez, buscam eliminar qualquer tipo de complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc., aumentando o fosso entre os que têm e os que não têm.

Com esse objetivo, adota-se a flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, com o *surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, envolvendo rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor*

de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 1994:140).

Reorganiza-se a produção, adotam-se novas tecnologias, fecham-se fábricas e reduzem-se os salários, com a contratação, a dispensa e a locação de parte ou de toda a produção do outro lado do país ou do mundo, tendo como uma das conseqüências a transformação da relação trabalhista ou contratual, em sua quase totalidade, *mais precária do que permanente* (id. *ibid*).

Conseqüências para os trabalhadores

A flexibilização do trabalho, como mostra NOVICK (1996:114/5), de uma parte, visando *buscar um novo padrão de otimização tempo de trabalho efetivo e maior intensificação de seu ritmo*, afeta à duração e configuração do seu tempo, tanto do ponto de vista da jornada anual, como da revisão dos períodos de descanso e definição das férias, *de acordo com as conveniências do empregador*.

De outra parte, a forma de contratação *tende a tornar precário o vínculo trabalhista e a difundir diferentes tipos de contratos por tempo determinado, com o objetivo de ampliar e estimular a criação de empregos e a forma de utilização da capacidade de trabalho, que objetiva ampliar o ciclo de tarefas desempenhadas sem prever processos de requalificação e de capacitação*.

A flexibilização visa, também, de acordo com a mesma autora, à *redução dos gastos sociais, que derivam da relação de assalariamento, buscando diminuir as contribuições patronais ao sistema de saúde e outros benefícios indiretos antes desfrutados pelo trabalhador*.

Com a flexibilização aumentam os níveis de desemprego estrutural, a destruição e reconstrução de habilidades é rápida, os ganhos de salários reais, quando existem, são modestos e o poder sindical retrocede.

Através dela, é muito mais fácil o deslocamento do capital de um lugar para outro, aproveitando-se os reservatórios de mão-de-obra barata nos países periféricos e nas regiões periféricas das sociedades de capitalismo avançado. Fragmenta-se o processo de produção com a possibilidade de diferentes componentes serem produzidos e montados em diferentes locais.

Nos países de capitalismo avançado, os interesses dos trabalhadores são atrelados à sorte dos seus patrões, deixando os operários indefesos *diante dos desafios recentes do capital*, e fazendo com que o medo de

ser despedido seja substituído pelo medo da fuga dos capitais, do fechamento da fábrica, da transferência das operações e dos desinvestimentos na planta industrial.²

As empresas, afirma MATTOSO (1996:32), por um lado, tendem a jogar para empresas menores ou para empresários terceirizados e autonomizados parcelas menos rentáveis da produção e estas contratam em condições mais precárias. Por outro lado, tendem a buscar incessantes cortes de pessoal, elevação da jornada de trabalho e definir salários através de méritos individuais, privilegiando o curto prazo e os fatores de competitividade, custo ou preço em detrimento da produtividade ou de fatores sistêmicos capazes de dar conta da extraordinária complexidade e dinâmica da concorrência internacional.

O reforço do individualismo é dado pela mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida (HARVEY, 1994:161).

ANTUNES (1995:141/2) destaca, juntamente com a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global provocando a subproletarização decorrente da expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”. Em síntese, diz ele, enquanto se reduz o operariado industrial e fabril, aumenta-se o subproletariado. Ao trabalho precário e ao assalariamento no setor de serviços, incorpora-se “o trabalho feminino” e excluem-se os mais jovens e os mais velhos, gerando um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Além disso, (BURAWOY, 1990:48) salienta que, onde o trabalhador costumava receber concessões com base na expansão dos lucros, ele, agora, faz concessões com base na lucratividade relativa dos capitalistas entre si - isto é, dos custos de oportunidade do capital. O ponto de referência primordial não é mais o êxito da empresa de um ano para o

² id., p. 48. Algumas “modas” recentes como a Qualidade de Vida no Trabalho e os Círculos de Controle de Qualidade são tentativas gerenciais de invadir os espaços criados pelos trabalhadores, sob o regime anterior, e de mobilizar o consenso com vistas ao aumento da produtividade.

próximo; ao contrário, é a taxa de lucro que pode ser obtida em outro lugar. Quando trabalha em companhias que estão perdendo os lucros, o operário é forçado a optar entre cortar salários – até mesmo plano de aumento-zero tem sido propostos – ou perder o emprego.

Desemprego estrutural; rápida destruição e reconstrução de habilidades; ganhos modestos de salários reais, assim como o retrocesso do poder sindical -, trouxeram como consequência uma forte volatilidade do mercado, um aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, aproveitando-se, os patrões, para tirar vantagens do *enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis* (HARVEY, 1994:143).

Consequências para os sindicatos

O declínio da imagem pública dos sindicatos, embora patrocinado pela grande imprensa, acompanha a crise que atinge a classe trabalhadora. Os sindicatos são afetados diretamente pela expansão dos setores não-sindicalizados, por campanhas patronais anti-sindicais, pela reestruturação decorrente dos efeitos da globalização, pela diminuição do tamanho dos estabelecimentos industriais, pela redução das grandes concentrações espaciais da classe operária e pulverização das estruturas sindicais, culminando com um decréscimo nas taxas de sindicalização que não encontra paralelo na história sindical do pós-guerra.

Para isso também contribuiu o rompimento da aliança entre o Estado e o movimento operário, que vigorara no período fordista-keynesiano, passando o sindicato, muitas vezes, a *desempenhar um papel exclusivamente decorativo, freqüentemente associado às instâncias empresariais ou aos pactos com as elites estatais* (ZAPATA, 1996:323).

Se, de uma parte os sindicatos são vítimas da flexibilização, de outra, como chamam a atenção os estudiosos, a *opção pela flexibilidade externa tem se viabilizado pela cumplicidade das direções corporativas, dispostas a tolerar os retrocessos contratuais e as violações da legalidade vigente em matérias de estabilidade laboral, em troca da conservação do monopólio da representação sindical e, por consequência, dos privilégios derivados do exercício da representação formal – mais que real – dos interesses dos assalariados* (BENSUSÁN: 1996:202).

Para ANTUNES (1995:148), os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa da classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando preservar a jornada de trabalho regulamentada aos demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a 'revolução técnica' do capital avançava, mais lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência estava ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.

O aumento do fosso entre operários estáveis, precários ou parciais reduz fortemente o poder dos sindicatos, decorrente de sua incapacidade de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho, os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc., assim como as mulheres, os empregados de escritórios, os que trabalham no setor de serviços mercantis e os empregados de pequenas empresas além dos trabalhadores em tempo parcial.

Alternativas

Como lembra BAGLIONI, a experiência sindical não perde seu papel, pois ela continua sendo a modalidade mais experimentada e conveniente para a defesa dos interesses de amplos segmentos de trabalhadores dependentes. Ela representa uma forma de regulamentação de um relacionamento social real e fundamental, no qual, ainda hoje, registram-se possíveis situações de injustiça e de abuso. A ausência de outros grandes motivos ideológicos expressos no passado em condições muito diferentes não se apresenta em si como um elemento que impeça a reprodução e o funcionamento da lógica sindical. Os interesses funcionais nela envolvidos são mais do que suficientes e, além disso, tal lógica não representa somente ou prevalentemente demandas reivindicativas (BAGLIONI, 1995:99/101).

Nesse sentido, ELÍAS (1996:34) reconhece que, numa atual agenda trabalhista devem constar demandas novas e velhas, entre as quais:

a liberdade sindical, a greve, a contratação coletiva, a redução da jornada, o aumento do salário mínimo legal, seguridade social, saúde e higiene no trabalho (que estão relacionados com a proteção ao meio ambiente), incentivos à produtividade, e proteção contra a inflação.

Outros autores reconhecem que com as reformas estruturais das economias nacionais, a atividade sindical *deverá se pautar pelos anseios da sociedade e não por interesses que aos olhos do conjunto da população pareceriam muito mais a defesa de determinados privilégios ou demandas meramente corporativas e que estariam na contramão de amplos segmentos sociais* (ZYLBERSTAJN, et. Alli, 1996:144/5).

MATTOSO (1993:18), por exemplo, entende ser necessário que os sindicatos rompam o isolamento das forças progressistas para ganhar o apoio da sociedade, em face da dificuldade que em mostrar que sua luta pode resultar em uma melhoria social, com a crise instaurada nos anos 90, que agravou sua intervenção na sociedade.

Analisando um provável cenário futuro, COOK (1996:264/8) afirma que ele, talvez, *inclua uma continuação da atual tendência por maior flexibilização no local de trabalho, um recuo gradual da intervenção do governo central nas relações empregatícias, uma maior desagregação do movimento sindical e maior descentralização da negociação, maior liberdade de afiliação e maiores oportunidades de democracia interna, e uma maior dependência nas formas de controle de base de mercado ao invés de controles políticos sobre o movimento sindical.*

Salientando que os sindicatos precisam mostrar porque continuam relevantes à sociedade propõe um papel maior e mais público dos mesmos visando estabelecer o movimento sindical como a voz de todos os trabalhadores, com um melhor uso da mídia e a presença de líderes sindicais em programas de entrevistas e noticiários, pronunciando-se acerca de questões de interesse para um amplo espectro de trabalhadores (MOUZELIS, 1995:26 e 300).

POCHMANN (1996:296/7), por sua vez, reconhecendo que a ação sindical, fragmentada pela grande quantidade de sindicatos e desbalanceada pela prestação assistencial de serviços para parcelas reduzidas da força de trabalho, indica um programa mínimo, que contemple um amplo processo de fusão e incorporação de entidades sindicais, a concentração de esforços nas atividades fundamentais dos trabalhadores, e não apenas nos empregados formais, a implementação do instrumento da contratação coletiva centralizada (nacional, setorial e regional) e com forte representação sindical nos locais de trabalho e uma maior participação nos fundos públicos, voltada para a ampliação e melhoramento da qualidade do sistema de seguridade social e de garantia de emprego.

O processo concreto da internacionalização dos trabalhadores frente ao desafio da globalização é apontado como alternativa por diversos autores, pois *existem sem dúvida determinações positivas na liberação das fronteiras nacionais, não só para o capital, mas também para o trabalho* (ELÍAS, 1996:17/8), ou porque possibilita-lhes pensar *como uma classe trabalhadora regional e a partir desse patamar estabelecer novos parâmetros de relações com o Estado e os empresários, agora integrados e subordinados à decisões supranacionais* (ZYLBERSTAJN, et alli, 1996:10). Nessa perspectiva, permitem-se prever *que as classes trabalhadoras começarão a sentir sua impotência coletiva e o caráter irreconciliável de seus interesses com o desenvolvimento capitalista, visto como um fenômeno internacional* (BUROWOY, 1990:48).

Conclusão

GOETHE (1994:426/7), em *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, mostra através do personagem do livro sua visão daqueles que faziam teatro:

O quanto ignoram completamente a si mesmos esses homens, de que modo exercem sem qualquer discernimento suas atividades, e quão ilimitadas são suas pretensões, disso ninguém tem a menor noção. Não só cada um quer ser o primeiro, como também o único; todos excluíam, com prazer, os demais, sem ver que, mesmo com todos juntos, mal poderiam realizar alguma coisa; todos se imaginam maravilhosamente originais e, no entanto, são incapazes de descobrir no que quer que seja algo que esteja fora da rotina, o que os leva a sentir um eterno desassossego por algo de novo. Com que violência agem uns contra os outros! E só o mais mesquinho amor próprio, o mais tacanho egoísmo fazem unir-se um ao outro. Não há que se falar de um comportamento recíproco; perfídias secretas e palavras infames sustentam uma eterna desconfiança; quem não vive licenciosamente, vive como um imbecil. Todos reclamam a mais incondicional estima, e todos são sensíveis à menor crítica.

Rindo, para surpresa e espanto do personagem, seu interlocutor afirma-lhe que o descrito “não foi o teatro, mas o mundo”, pois poderia encontrá-lo em todas as classes sociais.

A quantidade de sindicatos que se avoluma também do lado patronal, fracionando ainda mais as já debilitadas negociações coletivas, os incontáveis desmembramentos de sindicatos, em vez de fusões e incorporações que viessem a fortalecê-los, o crescimento do número de centrais sindicais, os rachas e as disputas internas, menos por questões ideológi-

cas do que pessoais, sem dúvida, estão a demonstrar o acerto com que GOETHE descreveu o mundo no início do século passado.

Assim, além do aumento dos níveis de desemprego, da redução dos ganhos salariais, da fragmentação do processo de trabalho, do atrelamento dos trabalhadores à sorte dos patrões, da elevação da jornada de trabalho, do reforço do individualismo, da redução da classe operária, da *subproletarização* intensificada, da expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado, com o aumento do fosso entre eles e os operários estáveis e com a incapacidade de os sindicatos incorporá-los, do declínio da imagem pública dos sindicatos, da redução do número de sindicalizados, das campanhas patronais anti-sindicais, da ação cada vez mais defensiva, a humanidade permanece, em essência, a mesma do início do século passado.

A falta de discernimento nas suas atividades, suas ilimitadas pretensões, a violência recíproca, o amor próprio mesquinho, o egoísmo tacanho, a eterna desconfiança, nutrida por perfídias secretas e palavras infames, a sensibilidade à menor crítica, todas características apontadas por GOETHE, continuam a impedir a compreensão de que, mesmo todos juntos, mal podemos realizar alguma coisa. Assim, ainda que, presente a perspectiva de que:

as forças que conduzem à desmobilização da classe operária podem também estimular um reconhecimento mais amplo de que os interesses materiais dessa classe somente podem ser alcançados para além do capitalismo, para além da anarquia do mercado e além do despotismo na produção (BUROWOY, 1990:48).

Talvez caiba a advertência de (JAMESON, 1992:233/4) de:

que devemos ser profunda e infatigavelmente pessimistas sobre esse sistema, pois o otimismo ainda que do tipo mais fraco, só pode ser recomendado para aqueles que não têm nada contra serem usados e manipulados e de que apenas o mais profundo pessimismo é fonte de força verdadeira.

Final alternativo da conclusão

Há muitas formas de resistência, afirma CORREAS (1996:9/10), e o campo acadêmico, ainda que não seja o decisivo e onde se joguem as cartas mais importantes, é um dos terrenos e um terreno importante.

Por isso, é decisivo o trabalho conjunto do mundo acadêmico e do movimento popular, no qual se incluem os sindicatos, pois, como afirma GOETHE, com todos juntos, mal podemos realizar alguma coisa.

Ainda que nos imaginemos maravilhosamente originais, que saibamos de violência de uns contra os outros, das perfídias secretas e das palavras infames, é possível alguma coisa, mesmo porque, afirma (CORREAS, 1996:7), *a vitória imediata não tem que ser o objetivo*.

Sem dúvida, será preciso superar o amor próprio mesquinho, o egoísmo tacanho, a eterna desconfiança, a sensibilidade à crítica, tendo presente que:

as forças que conduzem à desmobilização da classe operária podem também estimular um reconhecimento mais amplo de que os interesses materiais dessa classe somente podem ser alcançados para além do capitalismo, para além da anarquia do mercado e além do despotismo na produção (BUROWOY, 1990:48).

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.), p.9-23, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo : Cortez, 1995. 155p.
- BAGLIONI, Guido. As relações industriais na Europa dos anos 80. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*, p. 49-106, São Paulo : Página Aberta, 1994.
- BENSUSÁN, Graciela. Reestruturação produtiva e sistema de relações trabalhistas: os obstáculos da democratização. In: *Processos de integração regional e a sociedade: O sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, coord. ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome; CASTRO, Maria Silvia Portella de; et. Alli, p.193-219, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- BORÓN, Atilio. A terapia do neoliberalismo, mercado, crise e exclusão social. In: *Pós-liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, debate com outros. (Org.) SADER, Emir e GENTILI, Pablo, p.139-180, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

- BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 13, p.29/50, 1990.
- COOK, Maria Lorena. As estratégias dos sindicatos mexicanos e norteamericanos nos tempos do NAFTA: novas limitações ou novas oportunidades? In: *Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, coord. ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome; CASTRO, Maria Silvia Portella de; et. Alli, p.249/271, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro : Zahar, 1992, 225p.
- ELÍAS, Rosa Albina Garavito. A integração e a agenda trabalhista de final de século: o caso do TLCAN. In: *Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, coord. ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome; CASTRO, Maria Silvia Portella de; et. Alli, p.15-35, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo : Ensaio, 1994.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*, p. 115-184, São Paulo : Loyola, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. Renascendo das cinzas. In: *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, (org.) BLACKBURN, Robin, p.225-270, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914/91*. São Paulo : Cia das Letras, 1995. 598p.
- JAMESON, Frederic. Conversas sobre a nova ordem mundial. In: *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, (org.) BLACKBURN, Robin, p.216-234, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- MATTOSO, Jorge. Dificuldades no Brasil. In: *Toyotismo: um novo padrão mundial de produção?*. São Paulo : CUT, encontro, 22 e 23 de janeiro de 1993, p. 17-18.
- _____. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: *Crise e trabalho no Brasil*, p. 27-54. São Paulo : Scritta, 1996.
- MOUZELIS, Nicos. O balanço da esquerda. In: *O mundo depois da queda*, (org.) SADER, Emir, p.303-311. São Paulo : Paz e Terra, 1995.

- NOVICK, Marta. A encruzilhada do sindicalismo argentino: a integração regional em um contexto de reconversão e ajuste. In: *Processos de integração regional e a sociedade: O sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, coord. ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome, CASTRO, Maria Silvia Portella de et. alli, p.103-130. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- OFFE, Claus. Capitalismo avançado e o welfare state. In: *Política & sociedade*, v.2, p. 211/9. (Org.) CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam. São Paulo : Nacional, s/d.
- POCHMANN, Marcio. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: *Crise e trabalho no Brasil*, p. 269-301. São Paulo : Scritta, 1996.
- VIGEVANI, Tullo e VEIGA, João Paulo. MERCOSUL: interesses e mobilização sindical. In: *Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, _____, p.223-248. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- ZAPATA, Francisco. Estado, sociedade e integração regional: livre comércio e reestruturação. In: *Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, coord. ZYLBERSTAJN, Hélio; RODRIGUES, Iram Jácome; CASTRO, Maria Silvia Portella de, et alli, p.311-325. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- ZYLBERSTAJN, Hélio, RODRIGUES, Iram Jácome, CASTRO, Maria Silvia Portella de; et. Alli, *Processos de integração regional e a sociedade: O sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*, (coord.), Apresentação, In: _____, p. 5-11. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.